RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

PEDAGOGIAS DO AXÉ: CONTRIBUIÇÕES DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORANEA

PEDAGOGIES OF AXÉ: CONTRIBUTIONS OF AFRICAN-BASED RELIGIONS TO CONTEMPORARY EDUCATION

PEDAGOGÍAS DEL AXÉ: CONTRIBUCIONES DE LAS RELIGIONES DE MATRIZ AFRICANA A LA EDUCACIÓN CONTEMPORÁNEA

Murilo Leonardo da Cunha
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA), Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.
Discente do curso de Bacharelado em Psicologia.
Professor Pedagogo UFRPE efetivo das SEDUCs Recife e Jaboatão dos Guararapes
E-mail: murilo_vitoria@yahoo.com.br

Resumo

A apresente pesquisa teve como objetivo geral analisar as contribuições das religiões de matrizes africanas para a constituição das Pedagogias do Axé enquanto referenciais para a educação contemporânea, enfatizando seus fundamentos epistemológicos, culturais e pedagógicos. Nesse sentido, o estudo investiga como esses saberes podem contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, antirracista e decolonial no Brasil. Os achados indicam que os conhecimentos produzidos nas religiões de matrizes africanas, especialmente na Umbanda e no Candomblé, ultrapassam o campo religioso e se constituem como sistemas complexos de produção **de conhecimento. Esses sistemas são baseados em princípios como** ancestralidade, oralidade, corporeidade, circularidade, coletividade e ética do cuidado**,** que dialogam com perspectivas da educação crítica e decolonial, evidenciando seu potencial para ressignificar práticas pedagógicas. Entre os principais resultados, destaca-se a centralidade da ancestralidade **como** princípio educativo, que rompe com a lógica linear e eurocêntrica do tempo escolar e fortalece o pertencimento e a identidade de estudantes afro-brasileiros. Outro ponto relevante **é a oralidade,** compreendida como uma tecnologia pedagógica de transmissão de saberes, que amplia as possibilidades metodológicas da escola ao valorizar narrativas, experiências e práticas comunitárias como formas legítimas de aprendizagem.

Palavras-chaves: Pedagogias do Axé; religiões de matrizes africanas; educação decolonial; educação antirracista; ancestralidade.

Abstract

This study aimed to analyze the contributions of African-based religions to the development of “Pedagogies of Axé” as frameworks for contemporary education, emphasizing their epistemological, cultural, and pedagogical foundations. It examines how these knowledge systems can support the

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

construction of a more inclusive, anti-racist, and decolonial education in Brazil. The findings show that the knowledge produced within Afro-Brazilian religions—especially Umbanda and Candomblé—goes beyond the religious sphere and forms complex systems of knowledge production. These systems are grounded in principles such as ancestry, orality, corporeality, circularity, collectivity, and an ethic of care, which align with critical and decolonial educational perspectives. A key result is the centrality of ancestry as an educational principle that challenges linear and Eurocentric views of school time while strengthening the identity and belonging of Afro-Brazilian students. Another important aspect is orality, understood as a pedagogical technology for knowledge transmission that values narratives, lived experiences, and community practices as legitimate forms of learning.

Keywords: Pedagogies of Axé; African-based religions; decolonial education; anti-racist education; ancestry.

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo general analizar las contribuciones de las religiones de matriz africana a la constitución de las Pedagogías del Axé como marcos para la educación contemporánea, destacando sus fundamentos epistemológicos, culturales y pedagógicos. El estudio examina cómo estos saberes pueden contribuir a la construcción de una educación más inclusiva, antirracista y decolonial en Brasil. Los resultados indican que los conocimientos producidos en las religiones de matriz africana, especialmente en la Umbanda y el Candomblé, van más allá del ámbito religioso y constituyen sistemas complejos de producción de conocimiento. Estos sistemas se basan en principios como la ancestralidad, la oralidad, la corporeidad, la circularidad, la colectividad y la ética del cuidado, que dialogan con perspectivas educativas críticas y decoloniales. Uno de los principales hallazgos es la centralidad de la ancestralidad como princípio educativo, que rompe con la lógica lineal y eurocéntrica del tiempo escolar y fortalece el sentido de pertenencia e identidad de los estudiantes afrobrasileños. Otro aspecto relevante es la oralidad, entendida como una tecnología pedagógica de transmisión de saberes que amplía las posibilidades metodológicas de la escuela al valorar narrativas, experiencias y prácticas comunitarias como formas legítimas de aprendizaje.

Palabras clave: Pedagogías del Axé; religiones de matriz africana; educación decolonial; educación antirracista; ancestralidad.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada pela diversidade cultural, étnica e religiosa, resultado de processos históricos de encontros, conflitos e resistências entre diferentes povos. Entre as inúmeras contribuições para a formação sociocultural do Brasil, destacam-se os saberes produzidos pelas populações africanas e afro-brasileiras, cujas experiências históricas deram origem a importantes formas de organização social, cultural, política e religiosa (BARRROS, 2020). Nesse contexto, as religiões de matrizes africanas, especialmente a Umbanda e o Candomblé, constituem patrimônios civilizatórios que preservam memórias ancestrais, sistemas filosóficos próprios e práticas educativas baseadas na oralidade, na coletividade, na espiritualidade e na valorização da experiência comunitária.

Durante séculos, entretanto, esses conhecimentos foram invisibilizados pelos processos coloniais que instituíram uma hierarquia entre os saberes

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

europeus e os conhecimentos produzidos pelos povos africanos e indígenas. A colonialidade do poder, do saber e do ser, conforme discutem Aníbal Quijano (2005) e Catherine Walsh (2017), estabeleceu uma lógica de inferiorização das culturas não europeias, produzindo impactos diretos sobre os currículos escolares, as políticas educacionais e os processos de formação docente.

No Brasil, a escola historicamente reproduziu perspectivas eurocêntricas que desconsideraram as contribuições das populações negras para a constituição da sociedade nacional. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, persistem desafios relacionados à efetivação de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial e religiosa.

Nesse cenário, emergem as chamadas Pedagogias do Axé, compreendidas como perspectivas educativas inspiradas nos princípios civilizatórios afro-brasileiros presentes nos terreiros de Umbanda e Candomblé. Essas pedagogias fundamentam-se em valores como ancestralidade, respeito aos mais velhos, oralidade, circularidade, corporeidade, solidariedade, coletividade, cuidado, espiritualidade e relação harmoniosa com a natureza. Tais princípios dialogam diretamente com propostas contemporâneas da educação crítica, da educação intercultural, da pedagogia decolonial e da educação antirracista.

Mais do que espaços religiosos, os terreiros constituem comunidades educativas onde o conhecimento é construído coletivamente por meio da convivência, da escuta, da observação, da participação nos rituais e da transmissão intergeracional dos saberes. Conforme destacam Stela Guedes Caputo (2012), Vanda Machado (2013), Luiz Rufino (2019) e Makota Valdina (2016), os processos educativos desenvolvidos nesses espaços rompem com modelos escolares centrados exclusivamente na racionalidade escrita, valorizando múltiplas formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento.

As epistemologias afro-brasileiras presentes nesses territórios educativos aproximam-se da proposta de Boaventura de Sousa Santos (2019), que defende a construção de uma ecologia de saberes capaz de reconhecer conhecimentos produzidos por diferentes povos e culturas. Nesse sentido, compreender as pedagogias desenvolvidas nos terreiros significa ampliar os referenciais epistemológicos da educação brasileira e fortalecer práticas comprometidas com a justiça cognitiva, a inclusão social e o enfrentamento do racismo estrutural e religioso.

Além disso, as Pedagogias do Axé contribuem para o desenvolvimento de currículos mais plurais, sensíveis às identidades culturais dos estudantes e alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

Étnico-Raciais (2004). Ao reconhecer os terreiros como espaços legítimos de produção de conhecimento, rompe-se com estereótipos historicamente construídos acerca das religiões afro-brasileiras, favorecendo uma educação fundamentada nos direitos humanos, na democracia e no respeito à diversidade.

Diante dessas reflexões, este estudo propõe analisar as contribuições das religiões de matrizes africanas para a educação contemporânea, enfatizando as potencialidades das Pedagogias do Axé como referenciais teóricos e metodológicos para uma educação antirracista, intercultural e decolonial.Diante do exposto temos como problema de pesquisa:

Como os princípios educativos presentes na Umbanda e no Candomblé podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas decoloniais, interculturais e antirracistas na educação contemporânea?

Como objetivos geral e específicos temos:

Objetivo Geral:

Analisar as contribuições das religiões de matrizes africanas para a constituição das Pedagogias do Axé enquanto referenciais para a educação contemporânea, enfatizando seus fundamentos epistemológicos, culturais e pedagógicos.

Objetivos específicos: Compreender os fundamentos das Pedagogias do Axé; Discutir as contribuições da Umbanda e do Candomblé para a formação humana; Analisar os princípios civilizatórios afro-brasileiros presentes nos processos educativos dos terreiros; Relacionar esses conhecimentos às perspectivas da educação decolonial e antirracista; Refletir sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar os referenciais teóricos que sustentam a educação brasileira, reconhecendo que a produção do conhecimento não se restringe aos modelos científicos de matriz europeia. Os saberes produzidos pelas religiões de matrizes africanas constituem importantes patrimônios culturais e epistemológicos, capazes de contribuir significativamente para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e comprometidas com a justiça social.

Além disso, A permanência do racismo estrutural e da intolerância religiosa nas instituições escolares evidencia que a implementação da Lei nº 10.639/2003 ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à produção de materiais didáticos e à valorização das epistemologias afro-brasileiras. Nesse contexto, investigar as Pedagogias do Axé representa uma possibilidade de fortalecer políticas educacionais voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural e religiosa, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades históricas.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

Além de sua relevância social, o estudo possui importância acadêmica ao promover diálogo entre os campos da Educação, Ciências da Religião, Antropologia e Estudos Decoloniais, ampliando o repertório científico sobre as práticas educativas desenvolvidas em comunidades tradicionais de terreiro.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentando-se na perspectiva interpretativa das Ciências Humanas. A escolha dessa abordagem decorre do interesse em compreender os significados atribuídos às práticas educativas presentes nas religiões de matrizes africanas, considerando seus aspectos históricos, culturais, filosóficos e pedagógicos.

Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais complexos a partir da interpretação dos sentidos construídos pelos sujeitos em seus contextos culturais. Nesse sentido, a investigação busca analisar como os princípios civilizatórios afro-brasileiros presentes nos terreiros podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas contemporâneas.

A pesquisa bibliográfica será desenvolvida a partir da leitura, análise e sistematização de livros, artigos científicos, documentos oficiais relacionados às seguintes temáticas: Educação das Relações Étnico-Raciais; Pedagogias do Axé; Umbanda; Candomblé; educação decolonial; educação intercultural; epistemologias do Sul; educação antirracista e políticas públicas educacionais.

Serão utilizados como referenciais teóricos autores como Paulo Freire (1996), Nilma Lino Gomes (2017), Boaventura de Sousa Santos (2019), Catherine Walsh (2017), Kabengele Munanga (2019), Luiz Rufino (2019), Muniz Sodré (2017), Vanda Machado (2013), Stela Guedes Caputo (2012), Makota Valdina, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Reginaldo Prandi, Jocélio Teles dos Santos, entre outros.

A pesquisa documental compreenderá a análise da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 10.639/2003, da Lei nº 11.645/2008, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de documentos produzidos pelo Ministério da Educação relacionados à diversidade e aos direitos humanos.

Essa metodologia permitirá identificar categorias analíticas relacionadas às contribuições da Umbanda e do Candomblé para a educação contemporânea, evidenciando seus princípios educativos, epistemológicos e culturais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

2.1 Pedagogias do Axé: fundamentos e princípios educativos

As discussões sobre as Pedagogias do Axé inserem-se no campo das epistemologias afro-brasileiras e da educação decolonial, propondo uma ampliação das concepções tradicionais de ensino e aprendizagem. Mais do que uma proposta metodológica, as Pedagogias do Axé constituem um modo de compreender a formação humana a partir dos princípios civilizatórios africanos e afro-brasileiros, reconhecendo que o conhecimento é produzido nas relações entre pessoas, territórios, ancestralidades, espiritualidades e experiências comunitárias.

O termo *axé*, originário das línguas iorubás, refere-se à força vital, à energia criadora que movimenta a existência e estabelece conexões entre o mundo material, espiritual, ancestral e comunitário. Conforme explica Muniz Sodré (2017), o axé representa um princípio organizador da vida social, constituindo uma filosofia de existência baseada na coletividade, na reciprocidade e no equilíbrio entre seres humanos, natureza e divindades. Sob essa perspectiva, a educação deixa de ser compreendida como mera transmissão de conteúdos e passa a constituir um processo permanente de construção coletiva da vida.

Nos terreiros de Umbanda e Candomblé, o conhecimento é produzido por meio da experiência, da convivência, da participação nos rituais, da escuta atenta e da observação cotidiana. Trata-se de uma pedagogia vivencial, em que ensinar e aprender acontecem simultaneamente no interior da comunidade. Diferentemente da tradição escolar moderna, fortemente influenciada pelo racionalismo europeu e pela centralidade da escrita, os processos educativos afro-brasileiros valorizam a oralidade, o corpo, os afetos, a memória coletiva e a ancestralidade como fontes legítimas de produção do conhecimento.

Nesse contexto, Freire (1996) oferece importantes contribuições para compreender as Pedagogias do Axé. Ao defender uma educação problematizadora, dialógica e emancipatória, o autor rompe com a lógica da educação bancária, baseada na simples transmissão de informações. Para Freire, ensinar significa criar condições para que educadores e educandos construam o conhecimento em diálogo com suas experiências culturais e sociais. Essa perspectiva aproxima-se dos processos educativos desenvolvidos nos terreiros, onde o aprendizado ocorre por meio da convivência comunitária, da participação ativa e do respeito aos saberes dos mais velhos.

Freire (1996) afirma que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou construção". Essa concepção encontra profunda correspondência nos espaços de terreiro, nos quais o conhecimento não é imposto, mas construído progressivamente pela experiência compartilhada, pelo compromisso coletivo e pelo fortalecimento das relações de pertencimento.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

A ancestralidade constitui um dos pilares fundamentais das Pedagogias do Axé. Diferentemente da compreensão linear do tempo predominante na tradição ocidental, as cosmologias africanas compreendem o tempo como uma dimensão circular, na qual passado, presente e futuro encontram-se permanentemente conectados. Os ancestrais permanecem vivos na memória coletiva, orientando as práticas culturais, religiosas e educativas das novas gerações.

Segundo Machado (2013), a ancestralidade representa um princípio organizador dos processos educativos afro-brasileiros, pois estabelece vínculos entre identidade, memória, território e pertencimento. Aprender significa reconhecer-se como parte de uma história coletiva construída por inúmeras gerações que resistiram à escravidão, ao racismo e às diferentes formas de colonialidade.

Outro princípio estruturante das Pedagogias do Axé é a oralidade. Nas tradições africanas e afro-brasileiras, a palavra não possui apenas função comunicativa; ela constitui um instrumento de preservação da memória, transmissão de valores, fortalecimento das identidades e produção do conhecimento. A oralidade permite que narrativas, cantigas, mitos, rezas, provérbios e ensinamentos sejam continuamente atualizados no interior das comunidades.

Caputo (2012) destaca que os terreiros desenvolvem uma verdadeira pedagogia da escuta, na qual crianças, jovens e adultos aprendem observando, ouvindo, participando e respeitando os tempos próprios do aprendizado. Diferentemente da lógica escolar baseada na aceleração dos processos educativos, a aprendizagem nos terreiros ocorre de forma gradual, respeitando os ritmos individuais e coletivos.

A circularidade também constitui importante fundamento das Pedagogias do Axé. Os rituais realizados em roda simbolizam igualdade, integração e pertencimento comunitário. Nesses espaços, todos ocupam lugares fundamentais na construção do conhecimento, rompendo com hierarquias rígidas entre quem ensina e quem aprende.

Essa compreensão dialoga diretamente com a pedagogia freireana, na qual educadores e educandos aprendem mutuamente por meio do diálogo. Para Freire (1996), o conhecimento emerge da interação entre sujeitos históricos comprometidos com a transformação da realidade. Nos terreiros, essa interação manifesta-se nas rodas de conversa, nos cantos, nas danças, nos rituais e nas práticas comunitárias.

Outro aspecto relevante refere-se à corporeidade. Enquanto a tradição escolar moderna frequentemente separa corpo e mente, as epistemologias afro-brasileiras compreendem o corpo como espaço de memória, identidade,

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

espiritualidade e produção de conhecimento. O corpo dança, canta, trabalha, celebra, aprende e transmite saberes.

Sodré (2017) afirma que o corpo, nas tradições nagôs, constitui território de inscrição da ancestralidade. Por meio dos gestos, movimentos, ritmos e rituais, preservam-se conhecimentos que ultrapassam a linguagem escrita. Assim, a educação do corpo assume papel central na formação humana.

Outro elemento essencial refere-se à memória coletiva. Conforme argumenta Boaventura de Sousa Santos (2019), a modernidade produziu uma monocultura do saber, invisibilizando conhecimentos produzidos por povos historicamente colonizados. Para superar essa lógica, o autor propõe uma ecologia de saberes baseada no reconhecimento da diversidade epistemológica existente no mundo.

As Pedagogias do Axé aproximam-se dessa perspectiva ao reconhecer que os conhecimentos produzidos nos terreiros possuem legitimidade científica, cultural e educativa. Não se trata apenas de valorizar tradições religiosas, mas de reconhecer formas distintas de interpretar a realidade e produzir conhecimentos socialmente relevantes.

Nesse sentido, Rufino (2019) propõe a Pedagogia das Encruzilhadas como uma perspectiva de educação inspirada na cosmologia de Exu. A encruzilhada simboliza o encontro entre diferentes caminhos, saberes, culturas e possibilidades de existência. Segundo o autor, educar implica abrir caminhos para múltiplas formas de aprender, rompendo com modelos únicos de racionalidade impostos pela colonialidade.

Para Rufino (2019), Exu representa movimento, diálogo, criatividade e transformação. Assim, a educação torna-se um processo aberto às diferenças, às experiências culturais e às diversas formas de construção do conhecimento.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Gomes (2017), para quem os movimentos negros constituíram importantes produtores de pedagogias emancipatórias. Segundo a autora, as experiências educativas construídas pelas populações negras desenvolveram práticas pedagógicas fundamentadas na resistência, na valorização da identidade, na memória coletiva e na luta por direitos.

Ao discutir a educação das relações étnico-raciais, Gomes (2017) enfatiza que reconhecer os saberes afro-brasileiros significa romper com currículos monoculturais e construir práticas educativas comprometidas com a justiça social e o enfrentamento do racismo estrutural.

As Pedagogias do Axé também dialogam com as Epistemologias do Sul propostas por Boaventura de Sousa Santos (2019). O autor argumenta que diferentes povos desenvolveram formas próprias de interpretar o mundo, produzir

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

conhecimentos e organizar suas sociedades. A ecologia de saberes propõe justamente o diálogo horizontal entre esses conhecimentos, recusando a supremacia de uma única matriz epistemológica.

Assim, os saberes produzidos nos terreiros não devem ser compreendidos como conhecimentos periféricos, mas como importantes contribuições para a formação humana, a educação intercultural e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade.

Em síntese, as Pedagogias do Axé constituem referenciais educativos fundamentados na ancestralidade, na oralidade, na circularidade, na corporeidade, na memória, na coletividade e na espiritualidade. Esses princípios ampliam as possibilidades de compreender os processos educativos para além dos limites da escola, reconhecendo que aprender é também compartilhar experiências, construir vínculos comunitários, preservar memórias e fortalecer identidades culturais.

2.2 Educação decolonial e educação antirracista

As transformações ocorridas nas políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas evidenciam a crescente preocupação com a construção de uma educação comprometida com os direitos humanos, a diversidade cultural e a superação das desigualdades raciais. Nesse contexto, a educação decolonial e a educação antirracista constituem referenciais teóricos fundamentais para repensar os currículos escolares, os processos de formação docente e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino.

O conceito de colonialidade, formulado por Quijano (2005), permite compreender que os efeitos da colonização não se encerraram com a independência política das nações latino-americanas. Segundo o autor, a colonialidade permanece estruturando relações de poder, formas de produção do conhecimento e processos de classificação social baseados na ideia de raça. Essa lógica instituiu uma hierarquia entre culturas, saberes e sujeitos, atribuindo superioridade aos conhecimentos produzidos na Europa e inferiorizando as epistemologias africanas, indígenas e latino-americanas.

No campo educacional, essa herança manifesta-se por meio de currículos eurocêntricos, materiais didáticos que invisibilizam a participação das populações negras na formação da sociedade brasileira e práticas pedagógicas que reproduzem estereótipos raciais e religiosos.

A educação decolonial surge, portanto, como uma proposta de enfrentamento dessas estruturas. Walsh (2017) compreende a pedagogia decolonial como um processo permanente de resistência, criação e reexistência, capaz de produzir novas formas de ensinar, aprender e viver coletivamente. Para a autora, educar de maneira decolonial significa questionar as hierarquias

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

epistemológicas construídas pela modernidade colonial e reconhecer a legitimidade dos conhecimentos produzidos pelos grupos historicamente subalternizados.

Essa perspectiva aproxima-se das Epistemologias do Sul propostas por Boaventura de Sousa Santos (2019), que defendem uma ecologia de saberes baseada no diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Segundo o autor, nenhuma tradição epistemológica é suficiente para compreender sozinha a complexidade da realidade social. Assim, reconhecer os saberes produzidos nos terreiros significa ampliar as possibilidades de construção de currículos interculturais e pluriepistêmicos.

A educação antirracista insere-se nesse mesmo horizonte político e pedagógico. Para Munanga (2019), combater o racismo exige superar visões estereotipadas sobre a população negra e reconhecer suas contribuições históricas, culturais, científicas e religiosas para a formação da sociedade brasileira. O autor destaca que a escola desempenha papel estratégico na desconstrução de preconceitos e na promoção de relações étnico-raciais pautadas pelo respeito e pela equidade.

Gomes (2017) amplia essa discussão ao afirmar que os movimentos negros produziram importantes pedagogias emancipatórias responsáveis por transformar as políticas públicas educacionais no Brasil. A autora ressalta que a educação antirracista não consiste apenas na inclusão de conteúdos sobre África ou cultura afro-brasileira, mas na revisão crítica dos currículos, das práticas pedagógicas e das relações de poder presentes nas instituições escolares.

Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 10.639/2003 representa um marco histórico ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda a Educação Básica. Complementada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), essa legislação reconhece que a valorização das contribuições africanas constitui condição indispensável para a construção de uma educação democrática e inclusiva.

Entretanto, diversos estudos apontam que a implementação da legislação ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação inicial e continuada dos professores, à insuficiência de materiais didáticos e à permanência de preconceitos raciais e religiosos no ambiente escolar. Nesse cenário, a formação docente torna-se elemento central para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade.

Freire (1996) já afirmava que ensinar exige compromisso ético, respeito aos saberes dos educandos e permanente reflexão crítica sobre a prática educativa. Esses princípios dialogam diretamente com a proposta da educação antirracista, que compreende o professor como agente de transformação social e construtor de espaços educativos inclusivos.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

As Pedagogias do Axé inserem-se nesse debate ao oferecer referenciais pedagógicos capazes de fortalecer a implementação da Lei nº 10.639/2003. Ao reconhecer os terreiros como espaços legítimos de produção de conhecimento, amplia-se a compreensão sobre os processos educativos, incorporando valores como ancestralidade, oralidade, coletividade, espiritualidade, cuidado e respeito às diferenças culturais e religiosas.

Assim, a educação decolonial e a educação antirracista convergem na defesa de uma escola comprometida com a justiça cognitiva, a valorização das epistemologias afro-brasileiras e a construção de práticas pedagógicas que enfrentem o racismo estrutural e o racismo religioso. Nesse horizonte, as Pedagogias do Axé configuram-se como importantes referenciais para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua diversidade cultural e comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática e plural.

2.2 A Umbanda como espaço educativo

A Umbanda constitui uma das mais importantes expressões religiosas brasileiras, caracterizando-se pelo sincretismo entre tradições africanas, indígenas, espíritas e cristãs. Surgida oficialmente no início do século XX, mais especificamente em 1908, a partir da atuação do médium Zélio Fernandino de Moraes e da manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas, a religião consolidou-se como um sistema religioso plural que valoriza a caridade, o acolhimento, a prática mediúnica e o respeito à diversidade cultural e espiritual. Entretanto, para além de sua dimensão religiosa, a Umbanda pode ser compreendida como um importante espaço de formação humana e de produção de conhecimentos, desenvolvendo processos educativos fundamentados na oralidade, na convivência comunitária, na ética e na ancestralidade.

De acordo com Brown (1985), a Umbanda constitui um fenômeno religioso genuinamente brasileiro, resultado do diálogo entre diferentes matrizes culturais presentes na formação histórica do país. Sua organização evidencia a capacidade de reelaboração das tradições africanas diante das experiências da escravidão, da colonização e das transformações sociais ocorridas ao longo do século XX. Essa característica faz da Umbanda uma religião profundamente comprometida com a valorização da diversidade, acolhendo sujeitos de diferentes origens étnicas, sociais, culturais e religiosas.

Ao analisar a constituição histórica da Umbanda, Brown (1985) destaca que a religião desenvolveu uma proposta inclusiva baseada na assistência espiritual e na prática da caridade, compreendida não apenas como ajuda material, mas como exercício permanente da solidariedade, do cuidado e da responsabilidade coletiva. Esses princípios aproximam-se das discussões contemporâneas sobre educação

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

humanizadora, na medida em que reconhecem a formação ética como elemento central do desenvolvimento humano.

A caridade, considerada um dos fundamentos da Umbanda, ultrapassa a dimensão assistencialista e assume caráter pedagógico. Nos terreiros, aprender a servir ao outro representa um processo contínuo de formação moral, no qual valores como empatia, respeito, humildade, cooperação e responsabilidade são incorporados às experiências cotidianas da comunidade religiosa. Dessa forma, a educação ocorre por meio das práticas compartilhadas e da vivência comunitária, aproximando-se da concepção freireana de educação como prática da liberdade.

Segundo Freire (1996), ensinar implica formar sujeitos comprometidos com a transformação da realidade e com a construção de relações sociais fundamentadas na ética, no diálogo e na solidariedade. Essa perspectiva encontra significativa aproximação com os processos educativos desenvolvidos na Umbanda, onde o conhecimento é construído coletivamente e orientado por princípios de cuidado, escuta e acolhimento.

Outro aspecto fundamental refere-se ao acolhimento. Diferentemente de modelos institucionais marcados por processos seletivos ou por relações hierárquicas rígidas, a Umbanda caracteriza-se por receber pessoas em diferentes momentos de suas trajetórias pessoais, oferecendo um espaço de escuta, orientação espiritual e fortalecimento dos vínculos comunitários. Esse acolhimento favorece processos educativos baseados na confiança, no pertencimento e na construção coletiva da identidade.

Para Giumbelli (2002), a Umbanda organiza-se como uma religião profundamente aberta à pluralidade de experiências religiosas e culturais, desenvolvendo práticas que valorizam o diálogo entre diferentes tradições. Essa característica contribui para a formação de sujeitos capazes de reconhecer e respeitar a diversidade, aspecto fundamental para a construção de uma educação intercultural e democrática.

A mediunidade também assume importante papel educativo na Umbanda. Embora frequentemente compreendida apenas como manifestação espiritual, ela envolve um longo percurso formativo, no qual o médium desenvolve conhecimentos relacionados ao autocuidado, à disciplina, ao equilíbrio emocional, ao estudo doutrinário e ao compromisso ético com a comunidade.

Segundo Cumino (2011), o desenvolvimento mediúnico na Umbanda não ocorre de maneira espontânea, mas constitui um processo permanente de aprendizagem, orientado pelos dirigentes espirituais e pelas entidades cultuadas nos terreiros. Durante essa formação, o médium aprende valores relacionados à responsabilidade, ao respeito às diferenças, ao controle emocional, à humildade e ao serviço coletivo, evidenciando o caráter educativo presente na prática religiosa.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

Nesse sentido, a mediunidade pode ser compreendida como um processo pedagógico de autoconhecimento e formação integral, no qual o indivíduo aprende continuamente por meio da experiência, da observação, da escuta e da convivência comunitária. Essa aprendizagem ultrapassa aspectos exclusivamente religiosos, contribuindo para o desenvolvimento de competências éticas, afetivas e sociais.

Outro elemento estruturante da Umbanda enquanto espaço educativo é a oralidade. Assim como em outras tradições afro-brasileiras, grande parte dos conhecimentos é transmitida oralmente, por meio das narrativas dos dirigentes religiosos, das orientações das entidades espirituais, dos cantos, dos pontos riscados, das rezas, dos mitos e das experiências compartilhadas entre as diferentes gerações.

Caputo (2012), ao investigar os processos educativos desenvolvidos em comunidades de terreiro, demonstra que a oralidade constitui uma das principais formas de preservação da memória coletiva e da ancestralidade afro-brasileira. Segundo a autora, aprender nos terreiros significa ouvir atentamente, observar os mais experientes, participar das atividades comunitárias e respeitar os tempos próprios da aprendizagem. Trata-se de uma pedagogia baseada na experiência, na escuta e na convivência, na qual o conhecimento é construído coletivamente.

Essa perspectiva aproxima-se das discussões de Gomes (2017), que compreende os saberes produzidos pelas populações negras como importantes patrimônios educativos historicamente invisibilizados pela escola brasileira. Para a autora, reconhecer esses conhecimentos implica ampliar os referenciais epistemológicos da educação, valorizando formas diversas de produzir e transmitir saberes.

Além da oralidade, a Umbanda fundamenta-se no respeito à diversidade humana. Seus rituais incorporam entidades espirituais que representam diferentes grupos sociais, como caboclos, pretos-velhos, crianças, boiadeiros, marinheiros, ciganos e baianos, entre outros. Cada uma dessas entidades simboliza experiências históricas, culturais e sociais específicas, contribuindo para a valorização da pluralidade que constitui a sociedade brasileira.

Essa diversidade de representações favorece uma educação intercultural, capaz de promover o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da formação humana. Conforme afirma Catherine Walsh (2017), a interculturalidade crítica não consiste apenas na convivência entre diferentes culturas, mas na construção de relações sociais fundamentadas no diálogo, na equidade e no reconhecimento das múltiplas formas de produzir conhecimento.

Outro aspecto relevante refere-se à aprendizagem comunitária. Nos terreiros de Umbanda, o conhecimento não pertence exclusivamente aos dirigentes religiosos; ele é compartilhado por toda a comunidade por meio das atividades

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

coletivas, dos rituais, das festividades, das práticas solidárias e das relações de convivência. Crianças, jovens, adultos e idosos participam conjuntamente dos processos educativos, fortalecendo vínculos intergeracionais e promovendo a circulação permanente dos saberes.

Essa dinâmica aproxima-se da concepção de comunidade de aprendizagem defendida por diversos estudiosos da educação contemporânea, na medida em que reconhece o aprendizado como processo coletivo, colaborativo e contínuo. O terreiro constitui, assim, um espaço educativo onde todos ensinam e todos aprendem, rompendo com modelos escolares baseados exclusivamente na autoridade do professor e na centralidade da transmissão de conteúdo.

Sob a perspectiva das Pedagogias do Axé, a Umbanda revela que educar significa construir relações éticas, fortalecer identidades culturais, desenvolver a sensibilidade, promover o cuidado com o outro e reconhecer a ancestralidade como fonte legítima de conhecimento. Seus princípios dialogam diretamente com as propostas da educação decolonial, da educação popular e da educação antirracista, oferecendo importantes contribuições para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade cultural e religiosa.

Desse modo, compreender a Umbanda como espaço educativo significa reconhecer que os terreiros produzem conhecimentos, valores e experiências capazes de enriquecer os processos de formação humana. A valorização desses saberes contribui para ampliar as bases epistemológicas da educação brasileira, fortalecendo a implementação da Lei nº 10.639/2003 e promovendo uma escola mais democrática, plural e comprometida com o enfrentamento do racismo religioso e das desigualdades sociais.

3 O Candomblé como território de produção de conhecimentos

O Candomblé constitui uma das mais antigas e importantes religiões de matrizes africanas presentes no Brasil, representando não apenas uma tradição religiosa, mas um complexo sistema filosófico, cultural, educativo e civilizatório. Formado a partir dos conhecimentos trazidos por diferentes povos africanos durante o período da escravização, especialmente iorubás, jejes e bantos, o Candomblé consolidou-se como espaço de resistência à dominação colonial, preservando línguas, memórias, cosmologias, práticas culturais e formas próprias de produção e transmissão de conhecimentos. Nesse sentido, os terreiros podem ser compreendidos como territórios educativos nos quais a aprendizagem ocorre por meio da experiência, da ancestralidade, da oralidade, da convivência comunitária e da participação nos rituais.

Ao discutir a formação histórica do Candomblé, Prandi (2001) destaca que essa religião preservou importantes elementos das culturas africanas mesmo diante da violência do sistema escravista. Os terreiros tornaram-se espaços de

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

reorganização social das populações negras, garantindo a continuidade de tradições religiosas, linguísticas e culturais que, em muitos casos, haviam sido proibidas pelas autoridades coloniais. Dessa forma, além da dimensão espiritual, o Candomblé desempenhou papel fundamental na preservação da identidade afro-brasileira e na construção de formas coletivas de resistência.

Segundo Prandi (2001), o Candomblé organiza-se em torno da relação entre os seres humanos, os orixás, os ancestrais e a natureza, compreendendo que toda forma de vida encontra-se interligada por uma força vital denominada axé. Essa compreensão rompe com a separação entre natureza, cultura e espiritualidade característica da racionalidade moderna ocidental, propondo uma visão integrada da existência. Sob essa perspectiva, aprender significa compreender as relações de equilíbrio entre os indivíduos, a comunidade, os ancestrais e o meio ambiente.

Entre os princípios estruturantes do Candomblé destaca-se a ancestralidade, considerada elemento fundamental na constituição da identidade individual e coletiva. Diferentemente da tradição ocidental, que frequentemente concebe o tempo de forma linear, o pensamento africano compreende a ancestralidade como presença permanente na vida da comunidade. Os ancestrais não pertencem apenas ao passado; eles continuam orientando os modos de viver, educar, celebrar e produzir conhecimentos.

Santos (2018) afirma que a ancestralidade constitui a base da organização filosófica do Candomblé, pois estabelece uma continuidade entre gerações, garantindo a preservação dos conhecimentos transmitidos ao longo do tempo. Para a autora, a tradição não representa repetição mecânica do passado, mas um processo contínuo de recriação da memória coletiva, permitindo que os saberes ancestrais permaneçam vivos nas práticas cotidianas dos terreiros.

Nesse contexto, a iniciação religiosa assume profundo significado educativo. Muito além de um ritual de ingresso na comunidade, a iniciação representa um processo formativo complexo, no qual o iniciado aprende gradualmente os fundamentos da religião, desenvolvendo responsabilidades, compromissos éticos e vínculos comunitários.

Segundo Santos (2018), a iniciação constitui uma verdadeira pedagogia da experiência, na qual o conhecimento não é adquirido de maneira imediata, mas construído ao longo do tempo por meio da convivência, da observação, da escuta e da participação ativa nos rituais. Cada etapa desse percurso corresponde a novos níveis de aprendizagem, exigindo disciplina, respeito e dedicação.

Essa concepção aproxima-se da compreensão de Freire (1996), para quem o conhecimento resulta da interação entre sujeitos históricos e de processos contínuos de reflexão sobre a prática. No Candomblé, o aprendizado ocorre na vivência cotidiana, na realização das atividades comunitárias, no cuidado com o

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

terreiro e no relacionamento respeitoso entre os diferentes membros da comunidade.

A oralidade constitui outro princípio fundamental da educação nos terreiros. Historicamente, as tradições africanas preservaram seus conhecimentos por meio da palavra falada, dos cantos, dos mitos, dos provérbios, das rezas e das narrativas transmitidas entre gerações. Essa característica permanece presente no Candomblé, onde grande parte dos ensinamentos é compartilhada oralmente pelos mais velhos, pelas mães e pais de santo e pelos demais integrantes da comunidade.

Para Sodré (2017), a oralidade representa uma tecnologia social de preservação da memória e da identidade coletiva. A palavra possui força criadora, constituindo instrumento de transmissão da tradição, fortalecimento dos vínculos comunitários e produção do conhecimento. Dessa maneira, a educação nos terreiros valoriza a escuta, a observação e o diálogo como formas legítimas de aprendizagem, rompendo com modelos pedagógicos centrados exclusivamente na escrita.

Além da oralidade, a hierarquia ocupa papel relevante na organização educativa do Candomblé. Entretanto, diferentemente das concepções autoritárias frequentemente associadas ao termo, a hierarquia nos terreiros fundamenta-se na experiência, na responsabilidade e no compromisso com a preservação da tradição. O respeito aos mais velhos decorre do reconhecimento de que esses sujeitos acumulam conhecimentos construídos ao longo de suas trajetórias religiosas e comunitárias.

Machado (2013) argumenta que a hierarquia no Candomblé possui caráter eminentemente pedagógico, pois organiza os processos de transmissão dos saberes e fortalece os vínculos entre as diferentes gerações. Os mais velhos assumem a função de guardiões da memória coletiva, orientando os mais jovens por meio do exemplo, da convivência e da participação nas atividades do terreiro. Nesse processo, o aprendizado ocorre de forma gradual, respeitando o tempo de cada iniciado e valorizando a experiência como elemento constitutivo da formação humana.

A memória coletiva constitui outro fundamento essencial dos processos educativos desenvolvidos no Candomblé. As histórias dos orixás, os mitos de origem, os rituais, as músicas e os conhecimentos tradicionais preservam experiências acumuladas por diferentes gerações, permitindo que os valores civilizatórios africanos permaneçam vivos na sociedade brasileira.

Para Santos (2012), os terreiros desempenham importante papel na preservação da memória afro-brasileira, funcionando como instituições responsáveis pela continuidade de conhecimentos históricos frequentemente

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

excluídos dos currículos escolares. Ao manter vivas as narrativas ancestrais, o Candomblé contribui para fortalecer a identidade negra e ampliar as possibilidades de construção de uma educação comprometida com a valorização da diversidade cultural.

Outro aspecto central refere-se à ética do cuidado. No Candomblé, cuidar constitui um princípio educativo que orienta as relações entre as pessoas, os orixás, os ancestrais, a natureza e a própria comunidade. O cuidado manifesta-se nas práticas de acolhimento, na preparação dos alimentos sagrados, na preservação dos espaços religiosos, no respeito aos ciclos da natureza e na atenção às necessidades dos membros da comunidade.

Valdina (2016) compreende o terreiro como um espaço educativo no qual a formação humana ocorre por meio da convivência cotidiana e da construção de relações fundamentadas no respeito, na solidariedade e na responsabilidade coletiva. Para a autora, aprender significa cuidar do outro, cuidar da natureza e cuidar da memória ancestral, reconhecendo que todos esses elementos constituem dimensões inseparáveis da existência.

Essa ética do cuidado aproxima-se das discussões contemporâneas sobre educação integral, na medida em que compreende o desenvolvimento humano para além da dimensão cognitiva, incorporando aspectos afetivos, espirituais, culturais, ambientais e comunitários.

Os princípios civilizatórios africanos presentes no Candomblé reforçam essa perspectiva educativa. Segundo estudos de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007) e Vanda Machado (2013), valores como ancestralidade, circularidade, oralidade, corporeidade, religiosidade, cooperatividade, memória, respeito aos mais velhos e relação harmoniosa com a natureza constituem fundamentos das culturas africanas e afro-brasileiras que podem contribuir significativamente para a educação contemporânea.

Esses princípios dialogam diretamente com as propostas da educação intercultural crítica e da pedagogia decolonial, ao reconhecerem múltiplas formas de produzir conhecimento e ao valorizarem experiências historicamente invisibilizadas pela colonialidade. Conforme argumenta Boaventura de Sousa Santos (2019), a superação da monocultura do saber exige reconhecer a legitimidade de diferentes epistemologias presentes nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, os terreiros de Candomblé constituem espaços privilegiados de produção de conhecimentos, desenvolvendo práticas educativas fundamentadas na convivência comunitária, na observação, na experiência, na oralidade e na ancestralidade. Nesses territórios, aprender significa participar da vida coletiva,

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

construir vínculos de pertencimento, assumir responsabilidades e reconhecer a interdependência entre seres humanos, natureza e espiritualidade.

Ao compreender o Candomblé como território de produção de conhecimentos, rompe-se com visões reducionistas que limitam essa tradição à esfera exclusivamente religiosa. Os terreiros configuram-se como comunidades educativas que preservam importantes patrimônios culturais e epistemológicos, oferecendo contribuições relevantes para a construção de uma educação antirracista, intercultural e decolonial.

Assim, reconhecer os conhecimentos produzidos no Candomblé significa ampliar os referenciais da educação brasileira, valorizando formas de aprendizagem fundamentadas na ancestralidade, na memória coletiva, na ética do cuidado e na diversidade de saberes. Essas contribuições fortalecem a implementação da Lei nº 10.639/2003 e favorecem a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, o enfrentamento do racismo religioso e o reconhecimento das culturas afro-brasileiras como parte constitutiva do patrimônio educacional do país.

4 As contribuições das religiões de matrizes africanas para a educação contemporânea

As transformações sociais, culturais e políticas vivenciadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas têm impulsionado reflexões acerca da necessidade de uma educação comprometida com a valorização da diversidade, o reconhecimento das diferenças e a superação das desigualdades historicamente produzidas pelo racismo estrutural. Nesse contexto, as religiões de matrizes africanas, especialmente a Umbanda e o Candomblé, apresentam importantes contribuições para a construção de práticas pedagógicas que dialogam com os princípios da educação intercultural, da educação antirracista e das perspectivas decoloniais.

Os saberes produzidos nos terreiros constituem patrimônios históricos, culturais, filosóficos e educativos que ultrapassam a dimensão estritamente religiosa. Esses espaços desenvolvem formas próprias de ensinar e aprender, fundamentadas na ancestralidade, na oralidade, na coletividade, na ética do cuidado, na relação respeitosa com a natureza e na valorização da experiência comunitária. Ao reconhecer essas práticas como processos legítimos de produção de conhecimento, amplia-se a compreensão sobre os diferentes modos de educar presentes na sociedade brasileira.

Historicamente, entretanto, as epistemologias afro-brasileiras foram invisibilizadas pelos currículos escolares, marcados por uma tradição eurocêntrica que privilegiou conhecimentos produzidos a partir da racionalidade ocidental. Conforme argumenta Boaventura de Sousa Santos (2019), a modernidade instituiu

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

uma "monocultura do saber", desconsiderando outras formas de conhecimento construídas por povos africanos, indígenas e latino-americanos. Para o autor, a construção de uma ecologia de saberes torna-se condição indispensável para o fortalecimento de sociedades democráticas e plurais, capazes de reconhecer diferentes epistemologias como igualmente relevantes para a compreensão da realidade.

Sob essa perspectiva, os conhecimentos desenvolvidos nos terreiros podem contribuir significativamente para a ressignificação dos currículos escolares. Mais do que inserir conteúdos sobre religiões afro-brasileiras em disciplinas específicas, trata-se de reconhecer os princípios civilizatórios africanos como fundamentos capazes de ampliar as concepções de educação presentes nas escolas. Valores como ancestralidade, oralidade, circularidade, solidariedade, respeito aos mais velhos, cooperação e pertencimento comunitário oferecem importantes referenciais para a construção de práticas educativas mais inclusivas e humanizadoras.

Segundo Gomes (2017), a escola brasileira necessita superar currículos monoculturais que silenciam as experiências históricas da população negra e reproduzem relações de desigualdade. A autora afirma que os movimentos negros produziram importantes pedagogias emancipatórias, responsáveis por ampliar o debate sobre diversidade, identidade e justiça social no campo educacional. Nesse sentido, incorporar os saberes dos terreiros ao currículo representa reconhecer as populações negras como produtoras de conhecimentos e protagonistas da história brasileira.

Essa perspectiva dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004), que orientam a construção de currículos comprometidos com a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira. As diretrizes destacam que o ensino dessas temáticas não deve restringir-se a datas comemorativas ou conteúdos isolados, mas integrar permanentemente o projeto pedagógico das instituições escolares, favorecendo o desenvolvimento de atitudes de respeito à diversidade étnico-racial e religiosa.

Outro aspecto relevante refere-se à educação intercultural. Conforme Catherine Walsh (2017), a interculturalidade crítica ultrapassa a simples convivência entre diferentes culturas, propondo relações fundamentadas no diálogo, na equidade e no reconhecimento das assimetrias históricas produzidas pela colonialidade. Para a autora, a educação intercultural constitui um projeto político e pedagógico comprometido com a transformação das estruturas sociais que produzem exclusão e discriminação.

As religiões de matrizes africanas contribuem significativamente para essa perspectiva ao promoverem formas de convivência baseadas no respeito às

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

diferenças, no acolhimento e na valorização da pluralidade cultural. Os terreiros reúnem pessoas de diferentes origens sociais, étnicas, geracionais e religiosas, desenvolvendo experiências comunitárias pautadas pela cooperação, pela solidariedade e pelo reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo da vida coletiva.

Nesse contexto, destaca-se também o papel das religiões afro-brasileiras no enfrentamento do racismo religioso. Esse fenômeno, amplamente discutido por pesquisadores da área das relações étnico-raciais, caracteriza-se pela discriminação dirigida às religiões de matrizes africanas e aos seus praticantes, fundamentada em preconceitos historicamente construídos durante o processo colonial e perpetuados por diferentes instituições sociais, inclusive pela escola.

Segundo Munanga (2019), o racismo manifesta-se não apenas por meio da discriminação baseada na cor da pele, mas também pela desvalorização das culturas, religiões, saberes e formas de organização social das populações negras. No ambiente escolar, isso pode ocorrer por meio da invisibilização das religiões afro-brasileiras nos currículos, da reprodução de estereótipos negativos em materiais didáticos ou da omissão diante de situações de intolerância religiosa vivenciadas por estudantes.

Dessa forma, reconhecer as contribuições educativas da Umbanda e do Candomblé representa importante estratégia para combater o racismo religioso e promover uma cultura de respeito às diferentes manifestações de fé presentes na sociedade brasileira. Esse reconhecimento não implica ensino religioso confessional, mas o tratamento das religiões de matrizes africanas como patrimônio histórico, cultural e civilizatório, em consonância com os princípios da laicidade do Estado e dos direitos humanos.

A formação docente constitui outro elemento fundamental para a efetivação dessas mudanças. Diversos estudos apontam que muitos professores concluem sua formação inicial sem conhecimentos suficientes sobre história da África, culturas afro-brasileiras, religiões de matrizes africanas ou educação das relações étnico-raciais. Essa lacuna dificulta a implementação da Lei nº 10.639/2003 e favorece a permanência de práticas pedagógicas centradas em referenciais eurocêntricos.

Para Freire (1996), ensinar exige pesquisa permanente, reflexão crítica e abertura ao diálogo com diferentes formas de conhecimento. O educador deve reconhecer-se como sujeito em constante formação, comprometido com a transformação da realidade social. Essa compreensão aproxima-se das propostas da formação docente antirracista, que defendem a necessidade de ampliar os referenciais epistemológicos presentes nos cursos de licenciatura e nos programas de formação continuada.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

Gomes (2017) ressalta que a formação de professores deve contemplar discussões sobre racismo, identidade, diversidade cultural e políticas de promoção da igualdade racial, permitindo que os educadores desenvolvam competências para construir práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a justiça social. Nesse sentido, o conhecimento das experiências educativas desenvolvidas nos terreiros representa importante recurso para ampliar a compreensão sobre os processos de ensino e aprendizagem.

As Pedagogias do Axé oferecem significativas contribuições para essa formação ao evidenciar que o conhecimento pode ser produzido por meio da experiência, da convivência comunitária, da oralidade, da corporeidade e da ancestralidade. Essas perspectivas desafiam modelos tradicionais de ensino baseados exclusivamente na transmissão de conteúdos e favorecem práticas pedagógicas mais dialógicas, participativas e contextualizadas.

Entre as contribuições das religiões de matrizes africanas para a prática pedagógica destacam-se a valorização da aprendizagem coletiva, o respeito aos diferentes tempos de aprendizagem, a construção de relações solidárias, a educação para o cuidado, a preservação da memória e da identidade cultural, o fortalecimento do pertencimento comunitário e o reconhecimento da diversidade como princípio educativo. Tais elementos podem ser incorporados às atividades escolares por meio de projetos interdisciplinares, práticas culturais, estudos sobre patrimônio imaterial, literatura afro-brasileira, história da África, manifestações artísticas, música, dança e outras expressões culturais presentes nas comunidades.

Além disso, a concepção de aprendizagem desenvolvida nos terreiros rompe com a fragmentação característica do conhecimento escolar moderno. Conforme destaca Muniz Sodré (2017), as cosmologias africanas compreendem o ser humano de forma integral, articulando dimensões cognitivas, afetivas, espirituais, corporais, ambientais e comunitárias. Essa visão dialoga com as propostas contemporâneas de educação integral, que defendem o desenvolvimento pleno dos sujeitos em suas múltiplas dimensões.

As contribuições das religiões de matrizes africanas também fortalecem a construção de currículos comprometidos com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere ao respeito aos direitos humanos, à valorização da diversidade cultural e à promoção da cidadania. Ao incorporar conhecimentos produzidos por diferentes grupos sociais, a escola amplia suas possibilidades educativas e contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua história e comprometidos com a construção de uma sociedade democrática.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

Sob a perspectiva da educação decolonial Rufino (2019) propõe que os processos educativos sejam inspirados nas "encruzilhadas", compreendidas como espaços de encontro entre diferentes saberes, culturas e experiências. Essa metáfora evidencia que educar implica reconhecer a pluralidade epistemológica da sociedade brasileira e construir práticas pedagógicas abertas ao diálogo, à criatividade e à transformação social.

Assim, as religiões de matrizes africanas oferecem importantes referenciais para a renovação da educação contemporânea. Seus princípios educativos ampliam as possibilidades de construção de currículos interculturais, fortalecem o enfrentamento ao racismo religioso e estrutural, contribuem para a formação docente e favorecem o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas fundamentadas no respeito à diversidade, na valorização da ancestralidade e na promoção da justiça social.

Dessa forma, compreender os terreiros como territórios de produção de conhecimentos significa reconhecer que esses espaços preservam importantes patrimônios culturais e epistemológicos capazes de enriquecer o campo educacional. A incorporação desses saberes ao currículo escolar representa um passo significativo para a consolidação de uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e comprometida com os princípios da equidade, da interculturalidade e dos direitos humanos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada a partir da revisão bibliográfica e documental evidencia que as Pedagogias do Axé constituem um importante referencial teórico e epistemológico para a ressignificação das práticas educativas na educação contemporânea, especialmente no que se refere à construção de currículos inclusivos, à valorização da diversidade cultural e religiosa, ao fortalecimento das identidades afro-brasileiras e à efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639/2003 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2004).

Os resultados indicam que os saberes produzidos nas religiões de matrizes africanas, particularmente na Umbanda e no Candomblé, não se restringem ao campo religioso, mas configuram sistemas complexos de produção de conhecimento baseados em princípios civilizatórios próprios, tais como ancestralidade, oralidade, corporeidade, circularidade, ética do cuidado e coletividade. Esses elementos, quando analisados em diálogo com autores como Paulo Freire (1996), Nilma Lino Gomes (2017), Boaventura de Sousa Santos (2019), Catherine Walsh (2017) e Luiz Rufino (2019), revelam forte potencial pedagógico para a construção de uma educação decolonial e antirracista.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

Um dos principais achados da pesquisa refere-se à centralidade da ancestralidade como categoria educativa. Nos referenciais analisados, especialmente em Machado (2013) e Sodré (2017), a ancestralidade aparece como eixo estruturante dos processos formativos, articulando identidade, memória e pertencimento. Essa compreensão desafia a lógica escolar linear e eurocêntrica, ao propor uma concepção de tempo circular, na qual passado, presente e futuro se entrelaçam na construção do conhecimento. Tal perspectiva contribui para o fortalecimento das identidades afro-brasileiras, especialmente entre estudantes negros, que passam a reconhecer-se como sujeitos históricos e portadores de saberes legitimados.

Outro resultado relevante diz respeito à valorização da oralidade como prática pedagógica. A análise das obras de Caputo (2012) e dos estudos sobre educação nos terreiros indica que a oralidade constitui não apenas um meio de comunicação, mas uma tecnologia educativa de transmissão de saberes, memórias e valores. Esse aspecto confronta diretamente o modelo escolar tradicional, centrado na escrita e na racionalidade técnica, e aponta para a necessidade de ampliação das metodologias de ensino, incorporando narrativas, rodas de conversa, histórias de vida e práticas comunitárias como instrumentos pedagógicos legítimos.

A pesquisa também evidenciou a importância da corporeidade nos processos educativos das religiões de matrizes africanas. Diferentemente da fragmentação corpo/mente presente na tradição escolar moderna, os terreiros compreendem o corpo como espaço de aprendizagem, memória e expressão do conhecimento. Esse resultado dialoga com Sodré (2017), ao afirmar que o corpo, nas tradições afro-brasileiras, é portador de axé e, portanto, de saber. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre aprendizagem ao reconhecer dimensões sensíveis, afetivas e espirituais como constitutivas da formação humana.

No que se refere à análise documental, observou-se que a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais representam avanços significativos no campo das políticas educacionais brasileiras, ao reconhecerem a necessidade de inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. No entanto, os documentos também evidenciam desafios relacionados à sua implementação, especialmente no que diz respeito à formação docente, à produção de materiais didáticos adequados e à superação de práticas pedagógicas ainda marcadas por concepções eurocêntricas.

Nesse sentido, os dados analisados indicam uma lacuna entre o discurso normativo das políticas públicas e a prática cotidiana das instituições escolares. Essa distância é frequentemente associada à insuficiência de formação específica dos professores para lidar com as temáticas étnico-raciais e religiosas, conforme

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

apontado por Gomes (2017). Tal lacuna contribui para a manutenção de estereótipos, silenciamentos e, em muitos casos, práticas de racismo religioso no ambiente escolar.

A discussão dos resultados também revela que as Pedagogias do Axé contribuem diretamente para a construção de currículos mais inclusivos, ao propor a incorporação de saberes historicamente marginalizados. A partir da perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2019), observa-se que os conhecimentos produzidos nos terreiros integram uma ecologia de saberes, na qual diferentes formas de conhecimento coexistem e se complementam. Essa abordagem rompe com a hierarquização epistemológica que privilegia apenas o conhecimento científico ocidental e abre espaço para uma educação mais plural e democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as Pedagogias do Axé constituem referenciais teóricos e metodológicos relevantes para a construção de uma educação comprometida com a pluralidade cultural, a justiça social e a superação das desigualdades produzidas pela colonialidade e pelo racismo estrutural. A Umbanda e o Candomblé, para além de suas dimensões religiosas, revelam-se espaços de produção de conhecimentos, formação ética e transmissão de valores civilizatórios que podem enriquecer os processos educativos formais.

Reconhecer esses saberes implica ampliar as bases epistemológicas da educação brasileira, valorizando práticas fundamentadas na ancestralidade, na oralidade, na coletividade, no cuidado, na espiritualidade e na relação respeitosa com a natureza. Tais princípios dialogam com as perspectivas da educação decolonial, da educação intercultural crítica e da educação antirracista, contribuindo para currículos mais inclusivos e socialmente comprometidos.

Conclui-se que a incorporação das contribuições das religiões de matrizes africanas ao campo educacional fortalece a implementação da Lei nº 10.639/2003, promove o enfrentamento do racismo religioso e amplia as possibilidades de construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como fundamento da formação humana.

Outro ponto significativo identificado na análise refere-se ao potencial das religiões de matrizes africanas para o fortalecimento da formação cidadã. Nos terreiros, a aprendizagem está profundamente associada à construção de valores éticos como respeito, solidariedade, responsabilidade coletiva e cuidado com o outro. Esses elementos, conforme discutido por Paulo Freire (1996), são fundamentais para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua realidade social e comprometidos com sua transformação.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

Além disso, os resultados apontam que o reconhecimento das Pedagogias do Axé contribui para o fortalecimento das identidades afro-brasileiras, especialmente no contexto escolar. Ao valorizar a ancestralidade e os saberes africanos e afro-brasileiros, os estudantes passam a reconhecer positivamente suas origens culturais, o que impacta diretamente na autoestima, no pertencimento e no desempenho escolar. Esse processo é fundamental para o enfrentamento das desigualdades raciais historicamente presentes na educação brasileira.

No campo da educação intercultural, os achados dialogam com Walsh (2017), ao evidenciar que a valorização das religiões de matrizes africanas contribui para a construção de relações mais horizontais entre diferentes culturas. A interculturalidade crítica, nesse sentido, não se limita à convivência entre diferenças, mas implica o enfrentamento das estruturas de poder que produzem desigualdade e exclusão.

As contribuições de Rufino (2019) também se mostram relevantes na interpretação dos resultados, especialmente ao compreender as encruzilhadas como metáfora pedagógica. A educação, nesse sentido, é entendida como espaço de múltiplas possibilidades, onde diferentes saberes se encontram, se tensionam e se transformam. Essa perspectiva reforça a ideia de que os conhecimentos dos terreiros não devem ser incorporados ao currículo de forma folclorizada ou superficial, mas como parte constitutiva de uma epistemologia plural.

Em síntese, os resultados evidenciam que as Pedagogias do Axé contribuem de maneira significativa para a construção de uma educação antirracista, intercultural e decolonial. Elas oferecem fundamentos teóricos e práticos para a reconfiguração dos currículos escolares, para a formação docente e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade cultural e religiosa. Ao reconhecer os terreiros como espaços legítimos de produção de conhecimento, a educação brasileira amplia suas possibilidades de transformação e avança na direção de uma escola mais democrática, inclusiva e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

BROWN, Diana. *Umbanda: religião brasileira em construção*. São Paulo: 1985.

BARROS, Cristiane Sobral de. *O Exu que habita em mim*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

CAPUTO, Stela Guedes. *Educação nos terreiros: saberes e práticas de religiões afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CUMINO, Alexandre. *Umbanda: teoria e prática*. São Paulo: Madras, 2011.

ELBEIN DOS SANTOS, Juana. *Os nagôs e a morte: Pàdé, Àsèsè e o culto Égun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 2018.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2008.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MACHADO, Vanda. *Educação e ancestralidade: pensar a escola a partir dos terreiros*. Salvador: EDUFBA, 2013.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/05/2026 - **Accepted:** 30/06/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/r8bb3f32
Pages: 1-27

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e os candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2012.

SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

VALDINA, Makota. *Saberes de terreiro e educação popular*. Salvador: 2016.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Abya-Yala, 2017.